

AS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS POLITÉCNICOS PORTUGUESES E A CONSTRUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM TIMOR-LESTE – A CONTRIBUIÇÃO DA FUNDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS¹

*Virgílio Meira Soares**

1. INTRODUÇÃO

Desde os anos 80, as Universidades Portuguesas desenvolveram, de forma altruísta, atividades de cooperação com Timor-Leste, dirigidas, em especial, ao apoio a estudantes timorenses.

Essas atividades vieram a ser formalizadas, pelos órgãos próprios das Universidades Portuguesas, em 1990, quando se envolveu a Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) em ações de cooperação com o CNRT². O interesse das instituições veio a reforçar-se com a criação de uma Comissão para ações com Timor-Leste, no âmbito do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), coordenada por um professor da Universidade de Aveiro e na qual estavam representadas as Universidades do Porto, do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro, de Coimbra, Nova de Lisboa, Católica Portuguesa, para além do reitor da Universidade Nacional de Timor-Leste (entretanto reativada pelo Responsável pela Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste [UNTAET], Sérgio Vieira de Mello).

* Presidente da FUP até outubro de 2007 e responsável pelo Programa da FUP para Timor-Leste, até à mesma data. Atualmente, Professor Catedrático Aposentado, da Universidade de Lisboa.

¹ Os dados e os factos constantes deste artigo constam dos arquivos pessoais e dos arquivos da FUP, que autorizou a sua utilização, o que se agradece. As considerações críticas são da exclusiva responsabilidade do autor.

² Conselho Nacional da Resistência Timorense.

Refira-se que a cooperação não se deu unicamente ao nível das lideranças das instituições, devendo salientar-se a colaboração de Associações de Estudantes, com especial relevo para a Associação Académica da Universidade de Aveiro que, com o Bispo D. Ximenes Belo, desenvolveu ações concretas em Timor-Leste.

Não constituiu, portanto, nenhuma surpresa que, logo após o referendo sobre a independência de Timor-Leste, o CRUP manifestasse, ao governo, a sua disponibilidade para colaborar nas ações a desenvolver na cooperação com Timor-Leste, tendo sido através do Alto-comissário para Timor-Leste que se começou a estudar e a discutir a problemática do ensino superior em Timor-Leste, através dos contactos que os presidentes do CRUP e da FUP com ele mantiveram.

Por parte de departamentos governamentais foram, igualmente, tomadas iniciativas facilitadoras do trabalho que se iria desenvolver a partir de então, sendo de destacar a promoção, pela Direcção-Geral do Ensino Superior, de uma reunião entre representantes das Universidades e uma delegação do CNRT, que acordaram linhas de cooperação. O resultado desta reunião foi a assinatura, pouco tempo depois, de um Protocolo de Cooperação entre o CRUP e o CNRT³, com vista à realização das seguintes ações:

- Organização de Cursos de Reciclagem de Professores do Ensino Secundário
- Criação do Instituto de Língua Portuguesa e do Instituto de Língua Tétum
- Desenvolvimento das áreas de Agronomia, Economia e Gestão, Direito, Ciências e Tecnologia e Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nacional de Timor-Leste
- Atribuição de bolsas de estudo para cursos de graduação e pós-graduação

Daqui resultou a definição de um programa de intervenção ao abrigo do qual se delinearão dois projetos distintos, um de emergência e outro a médio prazo.

É o desenvolvimento e os resultados destes projetos, bem como as suas alterações, que referiremos ao longo das próximas secções,

³ Protocolo de Cooperação entre CNRT e CRUP (cópia existente nos arquivos da FUP).

embora limitados pela extensão do artigo, tentando, no final, apresentar conclusões que podem, no futuro, contribuir para uma melhor eficácia de programas desta natureza.

2. OS PROJETOS INICIALMENTE LANÇADOS

2.1. A ação de voluntariado

Perante um país dizimado e uma sociedade à deriva, era importante, para todas as partes, agir depressa, dando cumprimento às opções dos representantes timorenses. Essas opções, no domínio da formação e do ensino, centravam-se no fortalecimento da Língua Portuguesa, como fator de identidade nacional e de diferenciação relativamente aos países circundantes. Mas iam para além disso: (i) dar aos jovens timorenses, que regressavam à cidade aos milhares e que, na sua larga maioria, tinham estudado em *Babasa*, oportunidades de participar em ações de atualização de conhecimentos, assegurando, simultaneamente, o Português como língua de ensino; (ii) avaliar a possibilidade de alguns deles poderem vir a participar em atividades de lecionação ao nível do ensino secundário.

Para o efeito, as Universidades Públicas e Católica e o ISCTE, no âmbito da FUP, disponibilizaram os docentes para uma intervenção no terreno que, após a preparação de diversos temas em várias disciplinas, acompanharam timorenses selecionados pelo CNRT. Os docentes voluntários eram agrupados em equipas de três elementos, sendo um da área do Português. Assim, entre abril e setembro de 2000, colaboraram, em Timor-Leste, por um período de três meses, um total de cinquenta docentes, em regime de voluntariado, em contacto diário e em contexto de sala, com cerca de vinte timorenses por grupo e durante várias horas/dia, visando a introdução do Português através de um ensino multidisciplinar.

Pretendia-se, também, criar um período suficiente para que as tensões sociais ligadas ao ensino pudessem aliviar o CNRT de uma pressão múltipla intensa, dando-lhe espaço para uma melhor planificação do futuro sistema de ensino.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros autorizou que as verbas remanescentes da colaboração, que se desenvolvia desde os anos 90,

fossem utilizadas neste programa. A FUP assegurou, assim, o pagamento de passagens aéreas, tendo o CNRT e o Comissariado – Missão Portuguesa, cuidado das instalações e refeições. Estava lançada uma das primeiras sementes para que a Língua Portuguesa fosse, mais tarde, eleita como Língua Oficial de Timor-Leste.

2.2. Os projetos a médio prazo

2.2.1. *Cooperação com UNTL*

No seguimento das linhas definidas no protocolo de Cooperação CNRT-CRUP, acima referido, iniciou-se a preparação de cursos na UNTL, cujas responsabilidades, científica e pedagógica, viriam a residir no CRUP e no CCISP⁴. Assim, vários grupos de trabalho foram incumbidos de elaborar propostas de programas para cursos em Ciências Agrárias, Economia e Gestão, Formação de Professores de Português, Engenharia Informática e Eletrotécnica, que viriam a ser principalmente ministrados por docentes portugueses, prevendo-se a possibilidade de contar com a colaboração de docentes locais, quando tal fosse possível. O início de um curso na área do Direito veio a acontecer mais tarde, como veremos.

O trabalho a desenvolver deveria ter subjacentes certos pressupostos: (i) garantia, por parte das Universidades Portuguesas, de que a leção seria assegurada para o número dos anos do curso + 1; (ii) desenvolvimento, tanto quanto possível, de uma estrutura curricular que permitisse a saída profissional ao fim de 2 ou 3 anos, seguida de uma eventual reintegração (pretendia-se que Timor-Leste dispusesse de técnicos o mais rapidamente possível, garantindo-lhes a reintegração na Universidade para conclusão do curso); (iii) integração de docentes e investigadores timorenses sempre que estivessem disponíveis, de modo a transferir a responsabilidade da docência para os timorenses logo que possível; (iv) desenvolvimento curricular apoiado em módulos, permitindo considerar o regime trimestral; (v) avaliação de conhecimentos feita pelo CNRT ao momento de ingresso, com base em padrões seguidos pelos sistemas universitários ocidentais.

⁴ Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos. A inclusão deste Conselho no processo foi determinada pelo Ministro da Educação, a partir de março de 2001.

Como resultado da atividade dos grupos de trabalho referidos, foi elaborada uma proposta de orçamento, aprovada pelo Ministro da Educação em junho de 2001. Seguiu-se a deslocação a Timor-Leste de uma delegação da FUP (que coordenava o Programa, por delegação do CRUP e do CCISP, e com a colaboração da ADISPOR⁵) que integrava, para além de um representante da FUP, os coordenadores dos cursos a implementar, com a missão de negociar, com as autoridades timorenses, as condições necessárias para o início da lecionação dos referidos cursos, no ano letivo de 2001/2002.

Entre outubro de 2001 e julho de 2002 decorreu o primeiro ano de lecionação, tendo-se deslocado a Timor-Leste um total de quarenta docentes, na sua maioria oriundos de Universidades e Institutos Politécnicos Públicos Portugueses, tendo o apoio administrativo, financeiro e logístico local sido assegurado por um funcionário da FUP.

Uma atividade deste tipo, em qualquer domínio, não pode continuar indefinidamente sem que se questione a sua verdadeira utilidade para a parte recetora, se não forem criadas as condições para o desenvolvimento das suas próprias competências, dispensando progressivamente o apoio dado nos termos descritos e transformando-o em ações que contribuam para a autossustentabilidade, neste caso, do sistema de ensino superior. Com essa intenção, a FUP veio a propor ao Governo Português a elaboração de um Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Timor-Leste no domínio do ensino superior, acordo esse acompanhado de uma proposta de Plano Operacional⁶, visando a criação de competências locais, prevendo a progressiva passagem de responsabilidades para a UNTL. Entendia a FUP que tal seria mais útil para Timor-Leste, libertando as instituições portuguesas para um trabalho mais consentâneo com uma verdadeira cooperação. Com o acordo da então Ministra da Ciência e do Ensino Superior, a proposta foi negociada com as autoridades de Timor-Leste. Por razões que não cabem neste documento, porque nos transcendem, e às quais somos alheios, mas que são reveladoras da “pequenez” com que assuntos desta seriedade são tratados por certos Departamentos do Estado, essa proposta nunca veio a ser assinada.

⁵ Associação dos Institutos Politécnicos Portugueses.

⁶ Cópias existentes nos arquivos da FUP.

Aparentemente, terão sido essas mesmas razões que estiveram na origem da necessidade de rever a estrutura do curso de Formação em Ensino da Língua Portuguesa e da sua conseqüente suspensão, o qual acabou por ser “salvo” através de um Protocolo entre a FUP, o Instituto Camões e a UNTL⁷, após alguns sobressaltos. A nova versão começou a funcionar em 2005/2006.

Entrou, entretanto, em funcionamento, em 2006/2007, um curso de Direito, adaptado ao contexto timorense, cuja estrutura mereceu o acordo e a participação de todas as Universidades envolvidas no projeto coordenado pela FUP. Esse acordo não foi tão pacífico como os obtidos para os cursos anteriores, o que foi “facilitado” por interferências externas, acabando por ser o prelúdio da situação em que hoje nos encontramos – predominam os acordos bilaterais de Instituições Portuguesas com a UNTL, retirando do processo a FUP e a ADISPOR e privilegiando a não união de esforços. Pode não ser negativo, mas seja-nos permitido duvidar, por ainda se não ter atingido a sustentabilidade necessária a uma cooperação com reais benefícios mútuos.

Os responsáveis pela Cooperação Portuguesa entenderam que a FUP deveria descontinuar os cursos no tempo previsto, isto é, garantindo o seu funcionamento em $n+1$ anos. Com exceção do curso de Engenharia Informática, que funcionou mais um ano do que o previsto inicialmente, todos os outros chegaram o seu termo em 2006/2007.

É difícil medir o sucesso de um projecto, como este, se não há termos de comparação e de medida, se se lança a ação sem se conhecer a preparação científica e linguística dos alunos que irão frequentar os cursos, se se inicia o projeto sob pressão de extraordinários eventos políticos, como neste caso.

Pode, no entanto, ter-se uma ideia, não sem antes se saber de algumas das dificuldades encontradas, logo no primeiro ano de atividade e confirmadas ao longo do tempo. Entre outras mencionava-se: (i) a falta de conhecimentos científicos de base dos alunos que frequentam as licenciaturas; (ii) a dificuldade no acompanhamento das aulas, por desconhecimento da Língua Portuguesa.

Foi nestas condições adversas que se desenvolveram os cursos, obtendo-se os resultados globais, apresentados nos Quadros 1 e 2, referentes aos alunos inscritos entre 2001/2002 e 2007/2008:

⁷ Cópia existente nos arquivos da FUP.

Quadro 1

MAPA GERAL DE ALUNOS ADMITIDOS AOS CURSOS FUP						
Anos lectivos de 2001/02 a 2007/08	Ciências Agrárias	Eng. Eletrotécnica	Eng. Informática	Economia/ Gestão	Formação Profes- sores Português ¹	Totais
Totais/Curso	239	176	240	272	51	978

¹ Dados referentes unicamente aos alunos inscritos em 2001/2002

Fonte: Arquivos da FUP

Quadro 2

MAPA GERAL DE ALUNOS GRADUADOS PELOS CURSOS FUP						
Anos lectivos de 2001/02 a 2007/08	Ciências Agrárias	Eng. Eletrotécnica	Eng. Informática	Economia/ Gestão	Formação Profes- sores Português ¹	Totais
Totais/Curso	71	53	122	118	26	390

¹ Dados referentes aos graduados que se inscreveram em 2001/2002

Fonte: Arquivos da FUP

Não se referem, nos quadros 1 e 2, os dados referentes ao curso de Direito. Os primeiros sessenta e sete alunos inscreveram-se no curso no ano 2005/2006 e, em 2011, oito alunos haviam obtido a graduação.

Ao longo do mesmo período estiveram envolvidos quinhentos e cinquenta docentes, de diferentes origens, como se pode ver no Quadro 3:

Quadro 3

Docentes	Vinculados	Não Vinculados ¹	UNTL	Docentes de outros projectos que colaboraram	Totais
Totais	377	145	13	15	550

¹ Em determinados casos houve que recorrer a pessoal qualificado não docente das instituições Portuguesas.

Fonte: Arquivos da FUP

Para quem pensa só em gastos, o sucesso é baixo. Para quem pensa em investimento... talvez não seja bem assim.

2.2. O projeto BOLSAS

Durante o ano 2000, o então Primeiro-Ministro anunciou a decisão de oferecer aos estudantes timorenses bolsas de estudo, num total

de quinhentas, para estudarem nas Instituições de Ensino Superior portuguesas.

Esta decisão, certamente tomada com generosidade, veio a constituir uma das mais difíceis de concretizar pois, para a pôr em prática, havia que mobilizar as Universidades e os Institutos Politécnicos, elaborar legislação própria que não colidisse com a legislação em vigor, organizar um processo de seleção dos bolseiros, definir os apoios sociais de que beneficiariam, organizar logisticamente o seu transporte, de Timor-Leste para Portugal, e garantir o acompanhamento dos mesmos durante a sua estadia em Portugal.

As instituições de ensino superior portuguesas dispuseram-se a colaborar e, para além de nomearem Coordenadores Gerais locais, contribuíram para a definição das condições de ingresso dos bolseiros a receber e garantiram a sua receção e o seu acompanhamento.

Num esforço extraordinário e com a colaboração inestimável da Direção Geral do Ensino Superior, conseguiu-se, em tempo muito curto, aprovar legislação, regulando o acesso e o ingresso de bolseiros do Governo Português, naturais de e residentes em Timor-Leste, através do DL 230/2001, de 24 de agosto.

Esta legislação veio validar todo o trabalho entretanto desenvolvido durante o ano de 2001 e que consistiu, essencialmente, em:

- Definir as condições mínimas de acesso e ingresso dos candidatos;
- Elaborar provas específicas, de acordo com as exigências das instituições de ensino superior portuguesas; tal implicou estudar os programas do ensino secundário indonésio, envolver o GAVE⁸ do Ministério da Educação, que deu uma colaboração excepcional;
- Organizar e realizar as provas em Timor-Leste, para o que se contou com os serviços diplomáticos Portugueses;
- Corrigir as provas;
- Proceder à colocação, por meio de programa informático propositadamente desenvolvido para o efeito, com a colaboração da equipa responsável pela colocação anual dos candidatos do regime normal de acesso e ingresso, relativo ao contingente geral dos candidatos portugueses.

⁸ Gabinete de Avaliação Educacional do Ministério da Educação.

As provas realizadas vieram mostrar a falta de preparação dos candidatos e, apesar de se ter baixado a exigência nas condições de ingresso, face ao inicialmente definido, o número de bolseiros considerado habilitado foi bastante inferior ao número inicialmente previsto, isto é, quinhentos bolseiros.

De qualquer modo, em setembro e outubro de 2001, chegaram a Portugal um total de 202 bolseiros timorenses, tendo 133 sido colocados a frequentar um ano vestibular e 69 ingressado diretamente nas Instituições de Ensino Superior. Ainda em outubro de 2002, chegaram a Portugal mais 17 alunos, colocados numa segunda fase de candidaturas, que ingressaram diretamente no primeiro ano das Universidades e Institutos Politécnicos, perfazendo um total de 219 alunos colocados em estabelecimentos de ensino superior.

Nos meses que se seguiram foi posto em prática, em conjunto com os Coordenadores Gerais das Universidades e Politécnicos, um trabalho de acompanhamento estreito destes alunos, visando, sobretudo, o apoio na resolução de problemas, quer de integração e adaptação à nova realidade sociocultural, quer de ordem científico-pedagógica, quer de ordem logística.

Longe do sucesso que se pretendia, este projeto teve de ser profundamente alterado nos seus objetivos e nos seus destinatários, como veremos.

De facto, no ano letivo de 2004/05, de um total de duzentos e dezanove bolseiros timorenses: (i) 35% transitou de nível de ensino; (ii) 27% desistiu ou desapareceu; (iii) 11% viu a bolsa cancelada por falta de aproveitamento escolar; (iv) 27% permanecia no ensino superior.

Face às enormes taxas de desistência, abandono e insucesso escolar verificadas, foi permitido aos bolseiros timorenses, ainda durante o ano letivo de 2002/03, transitarem de nível de ensino, para o ensino técnico-profissional, tendo optado pela transferência cerca de 35% dos estudantes.

As causas de tão grande insucesso podem atribuir-se, com elevada probabilidade, a uma insuficiente avaliação das condições iniciais, mas não só. Observou-se: (i) dificuldade no acompanhamento das aulas e na integração social, por desconhecimento da Língua Portuguesa; (ii) lacunas ao nível dos conhecimentos científicos de base; (iii) situações de desmotivação e depressão devidos à distância da família; (iv) bolseiros com situações familiares complicadas (por exemplo, elevado número

de filhos em Timor-Leste); (v) elevado número de bolseiros na faixa etária acima dos trinta e cinco anos, cuja perspectiva de permanência em Portugal, por tanto tempo, era causa de desmotivação e ansiedade; (vi) bolseiros que constituíram família (filhos e companheiros juntam-se a eles em Portugal), vivendo à margem das condições de alojamento inerentes ao Programa e subsistindo em condições económicas precárias.

Perante esta situação, decidiu-se retomar a proposta constante do já referido Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Timor-Leste, no domínio Superior, nunca assinado, e a proposta contante da alínea 1) do ponto 1. do Plano Operacional que lhe estava anexo – “Criação de condições para a UNTL assumir a responsabilidade dos cursos que são, atualmente, da responsabilidade das Instituições de Ensino Superior Portuguesas: 1) Atribuição de bolsas a docentes da UNTL para obterem a pós-graduação, no exterior, sob a responsabilidade das Universidades Portuguesas (...)”.

Nesse sentido, e com a aprovação e financiamento do IPAD⁹, veio a iniciar-se, em 2007/2008, um processo de atribuição de bolsa a docentes da UNTL (ou futuros docentes, entretanto identificados) para obterem, em Portugal, o grau de Mestre e Doutor. Até ao ano 2011/2012, foram atribuídas quarenta e cinco bolsas, cujo financiamento foi garantido pelo estado português. De entre esses bolseiros, vinte e sete tiveram sucesso, dez perderam a bolsa por reprovações sucessivas, mantendo-se, contudo, a frequentar os cursos com financiamento da UNTL, e dois reprovaram ou desistiram. A própria UNTL tem financiado o envio de docentes e estudantes seus (para além dos já referidos), para a frequência de cursos de mestrado e doutoramento, em Portugal.

Assim, um projeto que começou muito mal, acabou por vir a ter sucesso com a necessária adaptação e, curiosamente, seguindo a orientação que havia sido abandonada antes!

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado do referendo em Timor-Leste gerou uma onda de solidariedade, a que se associou o Governo Português, através do

⁹ Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

anúncio de iniciativas de ações a empreender no apoio à reconstrução de um País totalmente arrasado, que queria preservar a sua ligação privilegiada com Portugal. A Língua Portuguesa, para além do Tétum, seria a escolhida pelos responsáveis timorenses, como língua oficial. Portugal estava, assim, “obrigado” a tomar em suas mãos a difusão da Língua, num País em que o *Babasa* tinha sido utilizado extensivamente e num ambiente em que as tendências hegemónicas dos países de Língua Inglesa e da Região tentavam impor a adoção do Inglês. As autoridades timorenses não cederam a essas pressões e Portugal assumiu a sua responsabilidade. Fê-lo através de vários veículos, mas seria a médio e longo prazo que a sustentabilidade da Língua Portuguesa em Timor-Leste teria que ser assegurada. E tal só poderia ser garantido através da Educação. Foi essa a opção estratégica tomada. A intervenção das Instituições Portuguesas de Ensino Superior fez-se em consonância com esta opção, apesar de haver “especialistas”, ao serviço de reputadas Instituições internacionais, que entendiam que, num país com tanta carência de quadros, não se justificava a existência de uma Universidade...

À solidariedade inicial com o povo de Timor-Leste, sucedeu o contacto com a realidade: tornar esse sentimento de solidariedade consequente.

As dificuldades começam quando se passa das palavras para a ação. Se é certo que o Governo Português tomou as opções certas, não é menos certo que o tempo de que dispôs para planear foi curto, e a generosidade e o voluntarismo não foram suficientes para evitar erros que viriam a cometer-se. Nalguns casos, já era tarde para voltar atrás e introduzir correções, e as ações prosseguiram. Porém, apesar disso, o saldo foi positivo, como se pode constatar pela realidade atual.

Mas esta realidade não pode fazer esquecer, pelo menos como lição para futuro, os escolhos encontrados pelo caminho e que resultaram de uma gestão acidentada de todo o processo (refere-se aqui, obviamente, o que diz respeito ao ensino superior).

De facto, se, no papel, estava definido que competia ao Alto Comissariado coordenar as atividades, a verdade é que vários outros organismos interferiram, negativamente, na ação da FUP. Começou a fazer-se sentir a interferência logo no fim do primeiro ano de atividade: o orçamento atribuído foi, inexplicavelmente, desfigurado e, no fim de 2001, a FUP não tinha recebido, sequer, a primeira prestação

do que havia sido determinado pelo Ministro da Educação. Só perante a ameaça de denúncia pública em Timor-Leste, determinando a suspensão das atividades, a verba, atrasada em vários meses, foi transferida. Ao longo dos vários anos em que se desenrolou o programa, este foi um dos problemas que não cessou de o pôr em risco.

Acresce que os docentes, envolvidos nos projetos, se apercebiam das dificuldades e também tinham os seus próprios interesses e dificuldades, não tendo sido sempre fácil gerir as suas exigências e incertezas.

É certo que a modalidade escolhida para desenvolver os cursos em Timor-Leste era mais cara do que poderia ser esperado por alguns mas, se foi a escolhida, é porque a equipa, responsável pela proposta, conhecia as dificuldades de outra qualquer opção. Porém, teria sido importante que certos Departamentos/Agentes não tivessem esquecido que a modalidade tinha a aprovação do Ministro da tutela. Não só ignoraram, como tentaram várias vezes dar "lições" de organização de cursos aos representantes das Universidades e dos Institutos Politécnicos. Feliz um País que tem tantos especialistas em Políticas de Ensino Superior!

Episódios do mesmo estilo ocorreram com o subprojecto das Bolsas.

A interferência referida não se devia, unicamente, a questões orçamentais. As ânsias de protagonismo de certos dirigentes ou serviços manifestaram-se por diferentes formas, algumas das quais com agressividade, exigindo respostas duras e posições de verticalidade.

Mas tudo passou, o sentido do dever cumprido é gratificante e os resultados obtidos, ainda que considerados insuficientes por alguns, foram muito positivos e importantes e são, ainda hoje, reconhecidos pelos timorenses que deles participaram.

Apesar de, nos últimos anos, a FUP ter sido afastada do processo – cedo demais, em nosso entender –, talvez forçada pela necessidade de afirmação de outros agentes, não diminui o sentimento de gratidão por ter sido possível aos seus cooperantes participarem nesta fascinante "aventura".

Agradecimento – o autor agradece à Dra. Mónica Pimentel, Secretária Executiva da FUP, a verificação dos factos e dados apresentados neste artigo e o apoio na sua revisão.